JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.01 06:25:33 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 1º de março de 2023 • Nº 1509 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TERROR EM BRASÍLIA

Moraes manda soltar 173 golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou na segunda-feira e ontem soltura de 173 presos sob acusação de envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Todos eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa. Os suspeitos devem apresentar defesa prévia ao Supremo nas próximas semanas. Eles foram presos em flagrante na manhã de 9 de janeiro em frente ao quartel-general do Exército em Brasília. Como as investigações não apontaram os acusados como financiadores ou executores principais dos atos, Moraes considerou que eles poderão responder em liberdade. O ministro também considerou que a maioria deles tem a condição de réu primário e filhos menores de idade. Apesar de terem sido soltos, os investigados deverão usar tornozeleira eletrônica.

TESOURO

Dívida Pública cai 3,07% em janeiro e fica em R$ 5,769 tri

O grande volume de títulos prefixados em janeiro fez a Dívida Pública Federal (DPF) iniciar o ano com forte queda. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 5,951 trilhões em dezembro para R$ 5,769 trilhões no mês passado, com recuo de 3,07%. Apesar da queda, o Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 2,88%, passando de R$ 5,698 trilhões em dezembro para R$ 5,534 trilhões em janeiro. PÁGINA 2

TRIBUTAÇÃO

Governo elevará gasolina em R$ 0,47 e etanol em R$ 0,02

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) anunciou ontem a retomada da cobrança de tributos sobre gasolina e etanol a partir de hoje, oito meses após as alíquotas terem sido zeradas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na tentativa de derrubar o preço nas bombas às vésperas da eleição de 2022. A alíquota de PIS/Cofins vai subir a R$ 0,47 por litro da gasolina e R$ 0,02 por litro do etanol —ou seja, uma cobrança ainda parcial em relação aos patamares cobrados antes da desoneração. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) permanece zerada. As novas alíquotas devem valer por quatro meses. Em julho, caso não haja mudanças no Congresso, serão retomadas as cobranças integrais de R$ 0,69 por litro da gasolina e R$ 0,24 sobre o etanol. Os tributos sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha permanecem zerados até o fim deste ano. PÁGINA 2

Governo taxará exportações de petróleo para compensar tributos

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu instituir uma taxa de 9,2% sobre as exportações de petróleo bruto. A medida terá duração de quatro meses, a partir de hoje. A cobrança foi anunciada pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), como uma forma de compensar a perda de arrecadação do governo com a reoneração apenas parcial de tributos federais sobre gasolina e etanol.O governo teria

FORAGIDO

Dino busca apoio externo para ouvir Bolsonaro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), disse, ontem, que o Brasil pode recorrer a algum mecanismo de cooperação jurídica internacional por conta de investigações que têm o ex-presidente Jair Bolsonaro como alvo, caso o ex-mandatário não retorne ao Brasil. O ex-presidente foi para os EUA nos últimos dias de seu mandato e ainda não retornou. Há uma investigação em curso e ele é um dos investigados formalmente e, claro, ele terá que ser ouvido. Se ele não comparecer nos próximos meses, a Polícia Federal vai pedir providências. Pedir para quem? Pedir ao Poder Judiciário para que deflagre algum mecanismo de cooperação jurídica internacional, que é uma tendência que nós estamos defendendo", disse. PÁGINA 5

SUSPEIÇÃO

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

CNJ decide afastar Marcelo Bretas, juiz da Lava Jato do Rio

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu ontem afastar do cargo o juiz Marcelo Bretas (**foto**), responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, por supostas irregularidades na condução dos processos. Em sessão sigilosa, o colegiado decidiu por unanimidade instaurar um PAD (processo administrativo disciplinar) contra o magistrado. Por 12 votos a 3, os conselheiros determinaram o afastamento até a conclusão das investigações. Não foram analisados os casos que Bretas julgou, apenas a conduta dele como juiz criminal. Os conselheiros analisaram em conjunto três reclamações feitas contra Bretas. Duas têm como origem delações premiadas de advogados que relataram supostas negociações irregulares do magistrado na condução dos processos. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: -0,74% / 104.931,93 / -779,12 / Volume: R$ 29.757.285.704 / Negócios: 3.721.418

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	16.59	+3.17	+0.51
SUZANO S.A. ON NM	47.74	+3.02	+1.40
DEXCO ON NM	6.52	+2.68	+0.17
KLABIN S/A UNT N2	19.46	+2.37	+0.45
JBS ON NM	19.19	+2.35	+0.44

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETRORIO ON NM	33.70	−9.04	−3.35
P.ACUCAR-CBDON NM	15.54	−7.17	−1.20
CVC BRASIL ON NM	3.03	−7.06	−0.23
3R PETROLEUMON NM	36.410	−6.97	−2.730
YDUQS PART ON NM	7.05	−5.75	−0.43

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	25.24	−3.48	−0.91
VALE ON NM	85.32	+0.33	+0.28
PETRORIO ON NM	33.70	−9.04	−3.35
ENEVA ON NM	11.43	+1.78	+0.20
PETROBRAS ON N2	28.75	−4.39	−1.32

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.656,7	-0,71
NASDAQ Composite	11.455,543	-0,10
Euro STOXX 50	4.242,55	-0,21
CAC 40	7.267,93	-0,38
FTSE 100	7.876,28	-0,74
DAX 30	15.365,14	-0,11

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,21% (jan.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,55% (jan.)	Compra: 5,5820	Venda: 5,7620
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(01/02)	13,75%	0,92	até o dia 28/fev.	Compra: 5,2072	Venda: 5,2078
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
28/2)	0,58%	BM&F/grama	R$ 303,00	Compra: 5,2243	Venda: 5,2249
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(jan./23)	0,0830%	Compra: 5,5288	Venda: 5,5294	Compra: 5,2435	Venda: 5,4235

MERCADOS

Bovespa cai 7,5% e fecha fevereiro abaixo de 105 mil pontos

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou fevereiro com queda acumulada de 7,5%, em um mês que começou com ruídos entre o governo e o Banco Central, e terminou com a sinalização de mudanças na política de dividendos da Petrobras. O dólar fechou em alta ontem, e encerrou o mês com avanço de quase 3% ante o real.

Ontem, o Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou o pregão em queda de 0,74%, a 104.931 pontos. É o segundo pior patamar de fechamento do ano, ficando atrás somente do dia 3 de janeiro, quando fechou em 104.165 pontos.

O dólar fechou em alta de 0,36% ontem, a R$ 5,224, cotação mais alta desde o dia 10 de janeiro. Em fevereiro, a moeda americana se valorizou 2,9% ante o real.

Os juros futuros tiveram alta. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 13,34% do fechamento de segunda-feira passada para 13,37% ao ano nesta terça. Para janeiro de 2025, a taxa avançou de 12,59% para 12,68%. Para janeiro de 2027, os juros passaram de 12,81% para 12,97%.

As ações da Petrobras consolidaram uma trajetória de queda depois do anúncio de corte de 3,9% no preço da gasolina em suas refinarias. A medida ajuda a compensar o retorno dos impostos federais sobre o combustível.

Segundo a estatal, a gasolina em suas refinarias passará a custar R$ 3,18 por litro a partir desta quarta (1º), quando os impostos federais voltam a ser cobrados. O valor é R$ 0,13 por litro inferior ao vigente atualmente.

Nos Estados Unidos, os índices de ações fecharam em queda. O Dow Jones recuou 0,71%. O S&P 500 registrou queda de 0,30%. O Nasdaq terminou o dia em baixa de 0,10%.

TRIBUTAÇÃO

Governo elevará gasolina em R$ 0,47 e etanol em R$ 0,02

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a retomada da cobrança de tributos sobre gasolina e etanol a partir de hoje, oito meses após as alíquotas terem sido zeradas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na tentativa de derrubar o preço nas bombas às vésperas da eleição de 2022.

A alíquota de PIS/Cofins vai subir a R$ 0,47 por litro da gasolina e R$ 0,02 por litro do etanol —ou seja, uma cobrança ainda parcial em relação aos patamares cobrados antes da desoneração. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) permanece zerada.

As novas alíquotas devem valer por quatro meses. Em julho, caso não haja mudanças no Congresso, serão retomadas as cobranças integrais de R$ 0,69 por litro da gasolina e R$ 0,24 sobre o etanol.

Os tributos sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha permanecem zerados até o fim deste ano, como já havia sido previsto em MP (medida provisória) assinada por Lula em 1º de janeiro. Já o querosene de aviação e o GNV (gás natural veicular) terão a desoneração prorrogada por mais quatro meses.

O anúncio foi feito pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), após dias de indefinição sobre o tema.

A decisão sobre a reoneração dos combustíveis foi alvo de embates entre a ala política, que queria prorrogar o benefício por mais tempo, e a econômica, que defendeu a retomada da cobrança para conseguir arrecadar mais e reduzir o déficit do país.

A composição final da medida mostra uma vitória parcial de Haddad, uma vez que o governo vai voltar a tributar os dois combustíveis, ainda que no início as alíquotas sejam inferiores às de antes.

A reoneração parcial dos combustíveis gera uma perda de R$ 6,6 bilhões para a Receita Federal, em comparação ao cenário de retomada integral dos tributos.

Para manter a expectativa de R$ 28,9 bilhões adicionais em receitas ligadas a combustíveis ao longo do ano, o governo vai taxar em 9,2% as exportações de petróleo por quatro meses. A previsão de receitas só com esse imposto é de R$ 6,66 bilhões —valor suficiente para compensar a perda com a reoneração parcial.

Na coletiva, Haddad fez questão de ressaltar que a medida é importante para ajudar a recompor o Orçamento Federal. "Desde antes da posse, estamos com um objetivo claro, que é basicamente recompor o Orçamento público, do ponto de vista da despesa e do ponto de vista das receitas. A PEC (proposta de emenda à Constituição) da transição foi aprovada justamente para garantir os compromissos firmados no ano passado (do lado das despesas)", disse.

"A partir de 1º de janeiro nós começamos a fazer gestão no sentido de recompor as receitas que foram prejudicadas com as decisões tomadas por ocasião do processo eleitoral, por um governo que visava reverter um quadro que lhe desfavorecia, e tentando reverter esse quadro com medidas demagógicas de última hora, que prejudicaram muito a sustentabilidade do país em 2023", acrescentou o ministro.

Além disso, o governo tenta minimizar o impacto sobre o bolso dos consumidores. Horas antes do anúncio de Haddad, a Petrobras anunciou um corte de 3,9% no preço da gasolina em suas refinarias, o que reduz o preço do litro em R$ 0,13. Segundo a estatal, o combustível passará a custar R$ 3,18 por litro a partir desta hoje.

"Com o desconto (da Petrobras sobre a gasolina), dá um saldo de R$ 0,34 (por litro da gasolina)", disse Haddad. Segundo ele, o governo optou por anunciar a reoneração dos tributos nesta terça justamente para aguardar a decisão da companhia em relação ao preço dos combustíveis.

IBGE

Taxa de desemprego em 2022 cai para 9,3%, a menor desde 2015

Em um cenário de reabertura da economia, a taxa de desemprego do Brasil caiu para 9,3% na média anual de 2022, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É o menor nível desde 2015 (8,6%), quando a economia brasileira mergulhava em recessão. Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Em 2021, a taxa média de desemprego estava em 13,2%, após marcar 13,8% em 2020, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012.

Apesar da melhora no ano passado, o indicador segue 2,4 pontos percentuais acima do menor nível histórico, registrado em 2014 (6,9%).

"O ano de 2021 foi de transição, saindo do pior momento da série histórica, sob o impacto da pandemia e do isolamento ocorrido em 2020. Já 2022 marca a consolidação do processo de recuperação", afirmou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Na média de 2022, o número de desempregados foi de 10 milhões. O patamar é o menor desde 2015 (8,7 milhões) e representa uma queda de 3,9 milhões frente a 2021 (13,9 milhões).

A população desempregada, conforme as estatísticas oficiais, é formada por pessoas de 14 anos ou mais que estão sem trabalho e seguem à procura de novas vagas. Quem não tem emprego e não está buscando oportunidades não entra nesse número.

A Pnad retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, abrange desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

O número de ocupados com algum tipo de trabalho chegou a 98 milhões na média de 2022. É o maior da série.

A renda média do trabalho, contudo, recuou 1% em relação a 2021, para R$ 2.715. A perda foi de R$ 28 em relação a 2021 (R$ 2.743).

4º TRIMESTRE DE 2022

O IBGE também informou que a taxa de desemprego do Brasil foi estimada em 7,9% no recorte do quarto trimestre de 2022. É o menor nível para esse período desde 2014 (6,6%).

O novo indicador veio em linha com as estimativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 8% ao final do ano passado.

O desemprego marcava 8,7% no terceiro trimestre de 2022, o período anterior da mesma série histórica da Pnad Contínua. No trimestre até novembro, que integra outra série da Pnad, o indicador já estava em 8,1%.

Beringuy ponderou que, após uma reação expressiva da ocupação nos trimestres anteriores, o recuo do desemprego no quarto trimestre foi influenciado por uma queda na procura por trabalho.

O número de desempregados foi estimado em 8,6 milhões no quarto trimestre de 2022. O contingente somava 9,5 milhões no terceiro trimestre.

A população ocupada com trabalho (99,4 milhões), por sua vez, ficou estável em termos estatísticos ante o trimestre anterior.

TESOURO

Dívida Pública cai 3,07% em janeiro e fica em R$ 5,76 trilhões

O grande volume de títulos prefixados em janeiro fez a Dívida Pública Federal (DPF) iniciar o ano com forte queda. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 5,951 trilhões em dezembro para R$ 5,769 trilhões no mês passado, com recuo de 3,07%.

Apesar da queda, o Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 2,88%, passando de R$ 5,698 trilhões em dezembro para R$ 5,534 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R$ 216 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis prefixados (com juros fixos), que costumam vencer no primeiro mês de cada trimestre. A queda na DPMFi só não foi maior porque houve a apropriação de R$ 51,77 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 84,56 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em janeiro, os resgates somaram R$ 315,30 bilhões.

No mercado externo, a queda do dólar em janeiro reduziu o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 7,32%, passando de R$ 264,72 bilhões em dezembro para R$ 252,45 bilhões em janeiro. O principal fator foi o recuo de 2,27% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

Após dois meses de alta, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu em janeiro. Essa reserva passou de R$ 1,176 trilhão em dezembro para R$ 953 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a concentração de vencimentos em janeiro.

Atualmente, o colchão cobre 7,62 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,418 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O alto volume de vencimentos mudou a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu de 38,25% em dezembro para 40,49% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 38% e 42%. Como esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic, a previsão é que o percentual volte a subir nos próximos meses.

Por causa da concentração de vencimentos, a fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 27,01% para 23,47%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 23% e 27%.

O Tesouro tem lançado menos papéis prefixados, por causa da turbulência no mercado financeiro nos últimos meses. Esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF subiu, passando de 30,26% para 31,74%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 29% e 33%.

INVESTIMENTOS

Resgates do Tesouro Direto superam vendas em R$ 447 mi

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Os resgates de títulos do Tesouro Direto superaram as vendas em R$ 447,7 milhões em janeiro deste ano. Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, as vendas de títulos atingiram R$ 4,368 bilhões, e os resgates totalizaram R$ 4,816 bilhões, dos quais, R$ 2,234 bilhões relativos a recompras de títulos públicos e R$ 2,581 bilhões a resgates por vencimentos, quando o prazo do título acaba, e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os corrigidos pela Selic, taxa básica de juros, que corresponderam a 64,1% do total. Papéis vinculados à inflação tiveram participação de 22,4% nas vendas, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, representaram 13,5%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 105,7 bilhões no fim de janeiro, com aumento de 0,5% na comparação com o mês anterior (R$ 105,1 bilhões) e de 30,6% em relação a janeiro do ano passado (R$ 80,9 bilhões).

INVESTIDORES

Quanto ao número de investidores, 540.601 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu 23.023.837, alta de 35,9% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 2.096.907, aumento de 14,7% em 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 32.289 investidores ativos.

Nota

RENDA MÉDIA REAL DO TRABALHADOR FECHA 2022 COM QUEDA DE 1%

O rendimento médio real do trabalhador brasileiro fechou o ano de 2022 em R$ 2.715, valor 1% inferior ao registrado em 2021. O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada ontem pelo IBGE. De 2020 para 2021, a renda média do trabalhador já havia caído 7% ao passar de R$ 2.949 para R$ 2.743, uma perda de 7,9% em seu poder de compra em dois anos. Mesmo assim, analisando-se apenas o último trimestre de 2022, quando o rendimento médio ficou em R$ 2.808, houve ganhos para o trabalhador.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

LT TRIÂNGULO S.A.

CNPJ nº 07.272.615/0001-16

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da LT Triângulo a S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A LT Triângulo S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio -** No exercício de 2022 a companhia efetuou o pagamento de dividendo mínimo obtigatório e adicional proposto no montante de R$ 61.014 mil e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 12.340 mil. **(b) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 146.710 mil, um incremento de 11,73% quando comparada com a RAP para o ciclo 2021-2022 foi de R$ 131.306 mil decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(c) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2022 e 2021 foi de 99,98% e 100%, respectivamente. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia. **(b) Conselho fiscal -** O Conselho Fiscal, funciona de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		108	118
Títulos e valores mobiliários	8 (a)	22.729	49.571
Concessionárias e permissionárias	9	14.486	13.273
Ativo de contrato	10	117.339	112.286
Impostos e contribuições a recuperar		149	151
Outros ativos		6.701	4.025
Total do ativo circulante		**161.512**	**179.424**
Ativo de contrato	10	400.449	453.078
Total do realizável a longo prazo		**400.449**	**453.078**
Imobilizado e Intangível		4.696	4.697
Total do imobilizado + intangível		**4.696**	**4.697**
Total do ativo não circulante		**405.145**	**457.775**
Total do ativo		**566.657**	**637.199**
Fornecedores		1.338	1.167
Mútuo	11	-	36.724
Salários e encargos a pagar		912	1.448
Impostos e contribuições a recolher	12	13.978	11.487
Pis e Cofins diferidos	13	10.180	9.741
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21 (b)	21.782	43.209
Encargos setoriais		8.226	7.373
Outros passivos		595	4.303
Total do passivo circulante		**57.011**	**115.452**
Pis e Cofins diferidos	13	34.696	39.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	93.949	97.520
Total do passivo não circulante		**128.645**	**137.392**
Total dos passivos		**185.656**	**252.844**
Capital social	16 (a)	171.600	171.600
Reserva de lucros	16 (b)	209.401	212.755
Total do patrimônio líquido		**381.001**	**384.355**
Total do passivo e patrimônio líquido		**566.657**	**637.199**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	**92.171**	**88.732**
Pessoal		(6.878)	(6.592)
Material		(756)	(563)
Serviços de terceiros	18 (a)	(10.301)	(7.174)
Outros		(1.481)	(1.927)
Custos operacionais		**(19.416)**	**(16.256)**
Lucro bruto		**72.755**	**72.476**
Pessoal		(492)	(521)
Serviços de terceiros	18 (b)	(3.744)	(4.338)
Outros		(1.018)	(1.287)
Despesas operacionais		**(5.254)**	**(6.146)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**67.501**	**66.330**
Receitas financeiras		3.517	1.665
Despesas financeiras		(2.607)	(4.652)
Resultado financeiro	19	**910**	**(2.987)**
Resultado antes dos impostos		**68.411**	**63.343**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.952)	(17.598)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.571	876
Imposto de renda e contribuição social	20	**(17.381)**	**(16.722)**
Lucro líquido do exercício		**51.030**	**46.621**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	51.030	46.621
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**51.030**	**46.621**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		51.030	46.621
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.571)	(876)
- Pis e Cofins diferidos	13	(4.737)	(3.790)
- Juros sobre mútuo	19 e 11	2.094	4.227
- Ativo de contrato - remuneração	10	(64.709)	(69.714)
		(19.893)	**(23.532)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		26.843	(17.451)
- Concessionárias e permissionárias		(1.214)	(407)
- Ativo de contrato	10	112.285	107.450
- Impostos e contribuições a recuperar		3	1.085
- Outros ativos		(2.676)	(106)
- Fornecedores		171	562
- Salários e encargos		(536)	-
- Impostos e contribuições a recolher		17.627	15.536
- Encargos setoriais		852	57
- Outros passivos		(3.707)	1.285
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**129.755**	**84.479**
Impostos pagos sobre o lucro		(17.594)	(16.500)
Mútuo - pagamento de juros	11	(2.483)	(4.163)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**109.678**	**63.816**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado e intangível		1	218
Caixa proveniente das atividades de investimento		**1**	**218**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital proprio	21 (b)	(73.354)	(23.242)
Mútuo - pagamento de principal	11	(36.335)	(42.735)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		**(109.689)**	**(65.977)**
(Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(10)**	**(1.943)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		118	2.061
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**108**	**118**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**171.600**	**20.402**	**116.869**	**74.251**	**-**	**-**	**383.122**
Transferência dividendos adicionais	16 (b)	-	-	(23.242)	-	-	-	(23.242)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	46.621	46.621
Reserva legal	16 (b)	-	2.331	-	-	-	(2.331)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	16 (c)	-	-	-	-	-	(22.145)	(22.145)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	22.145	(22.145)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**171.600**	**22.733**	**93.627**	**74.251**	**22.145**	**-**	**384.355**
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	(8.000)	-	(22.145)	-	(30.145)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	51.030	51.030
Reserva legal	16 (b)	-	2.552	-	-	-	(2.552)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	16 (c)	-	-	-	-	-	(24.239)	(24.239)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	24.239	(24.239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**171.600**	**25.285**	**85.627**	**74.251**	**24.239**	**-**	**381.001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A LT Triângulo S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em dezembro de 2018 ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que até novembro de 2018 era a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") passou a ser a Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. ("CRTE"). A Celeo transferiu o controle acionário da LTT para a CRTE. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia é controlada pela CRTE. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão Nº 004/2006 ("Contrato") tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão Nova Ponte - Itumbiara; Nova Ponte - Estreito e Emborcação - Nova Ponte. O Contrato foi assinado no dia 27 de abril de 2006 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 27 de abril de 2036. A Companhia entrou em operação comercial em novembro de 2006. A partir de julho de 2023 (16º ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão. **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R$ 146.710 (R$ 131.306 para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 11,73%, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 16 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros: (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perdas esperadas de créditos -** A Provisão para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente

Continua

Continuação...

LT TRIÂNGULO S.A.

CNPJ nº 07.272.615/0001-16

os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos. **8 Títulos e valores mobiliários: (a) Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 2022 foi de 101% (99,83% em 2021) do DI com vencimento entre julho de 2023 e janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

9 Concessionárias e permissionárias	**2022**	**2021**
A vencer	12.947	12.699
Até 3 meses	-	22
De 3 a 12 meses	892	65
Acima de 12 meses	647	487
	14.486	**13.273**

10 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**565.364**	**603.100**
Remuneração do ativo de contrato	64.709	69.714
Recebimentos	(112.285)	(107.450)
Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro 2021	**517.788**	**565.364**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	117.339	112.286
Não circulante	400.449	453.078
	517.788	**565.364**

11 Mútuo		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**36.724**	**79.395**
Juros e correção monetária	2.094	4.227
Amortização de juros	(2.483)	(4.163)
Amortização de principal	(36.335)	(42.735)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**-**	**36.724**

A Companhia captou recursos por meio de contrato de mútuo firmado com a Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2018 com a finalidade de otimizar sua estrutura de capital. O valor total do mútuo foi de R$ 150.000. O contrato previa a liquidação do mútuo parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 (quarenta e oito) a contar da data do pagamento, com atualização de juros de 3% ano ano, indexado 100% ao CDI. Com o recurso desse mútuo, a Companhia quitou integralmente o financiamento com o BNDES. Em maio de 2022, a Companhia pagou para a CRTE o montante de R$ 36.335 referente a principal e R$ 2.483 referente a juros, liquidando integralmente o saldo do mútuo.

12 Impostos e contribuições a recolher	**2022**	**2021**
Imposto de renda	9.061	7.321
Contribuição social	2.452	1.803
Outros	2.465	2.363
	13.978	**11.487**

13 PIS e COFINS diferidos	**2022**	**2021**
PIS	8.005	8.849
COFINS	36.871	40.764
	44.876	**49.613**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	10.180	9.741
Não circulante	34.696	39.872
	44.876	**49.613**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2022**	**2021**
Imposto de renda	69.080	71.705
Contribuição social	24.869	25.815
	93.949	**97.520**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato. **15 Passivos contingentes: (a) Servidão administrativa -** A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco provável é de R$ 250. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 1.080 e R$ 1.330, respectivamente, foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. **(b) Tributário -** Alguns pedidos de compensações não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 306 e R$ 276, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 171.600 dividido em 171.600.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela CRTE. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 2.552 e R$ 2.331, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 26 de abril de 2021 por meio da Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi aprovada a destinação dos R$ 23.242 para dividendos. Em 10 de outubro de 2022 por meio da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) foi aprovada a destinação de R$ 8.000 da reserva de retenção de lucros para o pagamento de dividendos adicionais. **iii. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6. **iv. Dividendos adicionais propostos -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado para dividendos adicionais propostos foi de R$ 24.239 e R$ 22.145, respectivamente. Em 08 de abril de 2022 por meio da Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi aprovada o pagamento de R$ 22.145 referente ao dividendo adicional proposto no exercício anterior. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	51.030	46.621
(-) Reserva legal (5%)	(2.552)	(2.331)
Base de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	**48.478**	**44.290**
Juros sobre capital próprio (JSCP)	16.384	14.517
Dividendos mínimos obrigatórios	7.855	7.628
	24.239	**22.145**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado para juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios foi de R$ 24.239 e R$ 22.145, respectivamente.

17 Receita operacional líquida		2022	2021
Remuneração do ativo		92.019	88.192
Receita de operação e manuntenção		13.935	13.335
Outras Receitas		1.139	1.556
Parcela variável	(a)	(435)	(175)
Receita bruta		**106.658**	**102.908**
Pis e Cofins correntes		(13.535)	(12.686)
Pis e Cofins diferidos		4.737	3.790
Encargos setoriais		(5.689)	(5.280)
Deduções da receita		**(14.487)**	**(14.176)**
		92.171	**88.732**

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam a linha de transmissão.

18 Serviços de terceiros: (a) Custos operacionais

		2022	**2021**
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(3.229)	(3.223)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(4.006)	(1.069)
Consultorias		(257)	(536)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.333)	(1.142)
Diversos		(1.476)	(1.204)
		(10.301)	**(7.174)**

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. (ii) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais		**2022**	**2021**
Prestação de serviços administrativos	(i)	(3.299)	(3.299)
Consultorias		(338)	(586)
Diversos		(107)	(453)
		(3.744)	**(4.338)**

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

19 Resultado financeiro		**2022**	**2021**
Rendimento de aplicação financeira		3.368	1.579
Outras receitas		149	86
Receitas financeiras		**3.517**	**1.665**
Juros de mútuo	(i)	(2.094)	(4.227)
Outras despesas		(513)	(425)
Despesas financeiras		**(2.607)**	**(4.652)**
		910	**(2.987)**

(i) Conforme descrito na nota explicativa 11.

20 Imposto de renda e contribuição social	**2022**	**2021**
Resultado antes dos impostos	**68.411**	**63.343**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(23.260)	(21.537)
Juros sobre capital próprio	5.571	4.936
Incentivo fiscal IRPJ (cultural, artístico, audio visual e outros)	437	-
Outros	(129)	(121)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	**(17.381)**	**(16.722)**
Alíquota efetiva	25%	26%

21 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais e mútuo

		Passivo		Despesa	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
CRTE	(i)	-	36.723	(2.094)	(4.227)
Celeo	(ii)	539	234	(6.527)	(6.522)
		539	**36.957**	**(8.621)**	**(10.749)**

(i) Conforme descrito na nota explicativa 11. (ii) Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais.

(b) Juros sobre capital próprio e dividendos	**2022**	**2021**
Saldo inicial	**43.209**	**21.288**
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	30.145	23.242
Pagamento de juros sobre capital próprio	(73.354)	(21.288)
Constituição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios	21.782	19.967
	21.782	**43.209**

(c) Remuneração da administração - Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes. **22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	**(i)**	**(ii)**	**(iii)**
Aplicação financeira	Redução do CDI	1.426	(1.070)	(713)

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12,25%) foi considerada conforme relatório Focus de 30 de dezembro de 2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 125.135 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da LT Triângulo S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da LT Triângulo S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LT Triângulo S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Economia

HOMENS&MULHERES

Lula apresentará projeto de paridade salarial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que vai apresentar em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, uma lei que garanta remuneração igual para homens e mulheres que exerçam a mesma função.

O chefe do Executivo deve enviar um projeto para o Congresso Nacional. O Legislativo tem que aprovar o texto para que ele volte ao mandatário para ser sancionado e, então, tornar-se uma lei em vigência no país.

O petista citou no discurso a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que defendeu a proposta no primeiro turno das eleições do ano passado. Ela apoiou Lula no segundo turno e, em troca, o petista passou a defender o projeto.

"Finalmente, Simone, agora, no Dia das Mulheres, a gente vai apresentar definitivamente a tal da lei que vai garantir que a mulher definitivamente receba salário igual do homem se ela exercer a mesma função do homem", disse.

Ele disse que caberá à Justiça do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho fiscalizar se a legislação será cumprida.

"Toda hora que você vai procurar essa lei, parece que ela existe, mas tem tantas nuances, tem tantas vírgulas antes do 'D', depois do D, que tudo é feito para mulher não ter o direito. Então, é preciso fazer uma lei que diga: 'a mulher deve ganhar o mesmo salário do homem'", discursou o presidente.

As falas do presidente aconteceram durante cerimônia no Palácio do Planalto de reinstalação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

O conselho, que assessora a presidência nos assuntos ligados à segurança alimentar, havia sido extinto por Jair Bolsonaro (PL), em um dos primeiros atos do seu mandato. Lula restabeleceu o órgão com os membros integrantes que o compunham na ocasião de sua dissolução.

Em seu discurso, Lula também anunciou que o governo deve lançar amanhã o novo Bolsa Família. "Junto com o lançamento do novo programa, vem muita novidade", disse.

Além disso, afirmou que o programa para retirar o nome de cidadãos que estejam em listas de restrição de crédito está pronto e pode ser lançado nos próximos dias.

"Temos que dar um jeito de resolver isso, por isso que o Fernando Haddad [ministro da Fazenda] está discutindo para encontrar uma proposta que essas pessoas se livrem dessas dívidas e possam ser cidadãos com direito a comprar, fazer crédito mais uma vez", afirmou.

Após o evento, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, confirmou que os novos valores do programa vão considerar as promessas de campanha de Lula e terão um adicional que será calculado com base no tamanho da família.

"Aqui hoje o presidente Lula anunciou que na próxima quinta-feira também teremos o momento especial com a apresentação do novo Bolsa Família, com essa garantia, não só de transferência de renda, mas a gente assegurar um instrumento de política voltada para a garantia do combate à fome ao mesmo tempo da redução da miséria e da pobreza", afirmou o ministro.

TERROR EM BRASÍLIA

Para PF ouvir Bolsonaro, Dino quer cooperação internacional

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), disse, ontem, que o Brasil pode recorrer a algum mecanismo de cooperação jurídica internacional por conta de investigações que têm o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como alvo, caso o ex-mandatário não retorne ao Brasil.

O ex-presidente foi para os Estados Unidos nos últimos dias de seu mandato e ainda não retornou. Ele ignorou o rito democrático de transmitir simbolicamente o poder a seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Há uma investigação em curso e ele é um dos investigados formalmente e, claro, ele terá que ser ouvido. Se ele não comparecer nos próximos meses, a Polícia Federal vai pedir providências. Pedir para quem? Pedir ao Poder Judiciário para que deflagre algum mecanismo de cooperação jurídica internacional, que é uma tendência que nós estamos defendendo", disse o ministro.

Ao ser questionado sobre um possível pedido de extradição, o ministro afirmou que não é algo que esteja na ordem do dia.

"Seria possível (a extradição), seria possível alguma providência de cooperação jurídica internacional, uma carta rogatória, por exemplo. O prazo (para que Bolsonaro retorne ao país) é o prazo do bom senso que nós esperamos que ele tenha", disse.

Bolsonaro é alvo de diferentes ações que pedem a sua inelegibilidade por abuso de poder nas eleições; ele também está na mira de apurações sobre os ataques às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro por ter sido o seu principal incentivador em diversas declarações golpistas.

O ex-presidente, por exemplo, é suspeito de incitação pública à prática de crime, após ter postado no Facebook em janeiro um vídeo questionando a regularidade das eleições. Ele apagou o conteúdo pouco depois.

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) determinaram o envio de ao menos dez pedidos de investigação contra Bolsonaro para a primeira instância do Judiciário, sob o argumento de perda de foro especial.

A maioria dessas decisões foi tomada pela ministra Cármen Lúcia. Os pedidos foram apresentados ao Supremo por parlamentares como o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e por entidades como a Associação de Juízes para a Democracia.

Na manhã de ontem, o presidente Lula chamou o ex-presidente de psicopata.

"Aqui, vocês estão percebendo que têm várias coisas sem vidro (no Palácio do Planalto) ainda que está quebrado, porque meia dúzia de bárbaros, meia dúzia de vândalos, meia dúzia de psicopatas, quem sabe orientados pelo psicopata maior, acharam que poderiam depois de perder as eleições, ocupar o palácio e dar golpe de Estado", declarou Lula, em evento.

Bolsonaro também já fez ataques ao presidente Lula durante sua estadia nos EUA. O ex-presidente chegou a afirmar que o novo governo "não vai durar muito tempo" e que houve injustiça nos processos dos ataques em Brasília em 8 de janeiro.

EXÉRCITO

Comandante: fala vazada sobre eleição de Lula foi tirada de contexto

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou a oficiais-generais da ativa ontem que o áudio vazado em que disse que a vitória de Lula foi indesejada pela maioria da Força não deve ser analisado fora de contexto.

Segundo Tomás, o foco era a retomada das conversas com os subordinados no Comando Militar do Sudeste --uma conversa interna, com oficiais e sargentos, com o objetivo de pacificar assuntos políticos na caserna.

Ele ainda confirmou que o áudio é seu e, mesmo com o precedente, não pediu para que os generais deixassem os celulares do lado de fora do auditório do Quartel-General do Exército, em Brasília.

Segundo relatos, Tomás disse que a posição expressada no áudio não foi alterada. Ele reafirmou que mantém a convicção de que a política atrapalhou a vida do Exército durante o governo Jair Bolsonaro (PL) e que é preciso trabalhar fortemente na comunicação para despolitizar a Força.

A conversa do comandante com todos os oficiais-generais ocorre ao menos duas vezes por ano, no início e no fim do ano de instrução, mas geralmente é realizada por videoconferência.

Ontem, o encontro foi presencial e contou com os cerca de 150 oficiais-generais da Força -- algo que não acontecia desde 2001. A Folha de S.Paulo conversou com quatro dos presentes, de forma reservada.

Tomás também conversou com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, por telefone para esclarecer o caso. Interlocutores do ministro afirmam que ele considerou a fala do comandante legalista, mas que sempre discursos internos vazados terão frases pinçadas que podem ter repercussões ruins.

Múcio recebeu críticas sobre a declaração do comandante, mas respondeu aos interlocutores que a situação no Exército está controlada e destacou o trabalho de Tomás --que, a partir de março, fará visitas constantes aos comandos militares de região para manter contato próximo com as tropas.

O vazamento do áudio, inicialmente publicado pelo podcast Roteirices e ao qual a Folha de S.Paulo teve acesso, repercutiu negativamente no Exército.

Na gravação, Tomás diz que a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi "indesejada" pela maioria dos militares. "Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade (na eleição). Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu."

O comandante reforçou que as Forças Armadas trabalharam na fiscalização do pleito e não identificaram irregularidades.

"A diferença nunca foi tão pequena, mas o cara fala assim: 'General, teve fraude'. Nós participamos de todo o processo de fiscalização, fizemos relatório, fizemos tudo. Constatou-se fraude? Não. Eu estou falando para vocês, pode acreditar. A gente constatou fraude? Não", disse.

MEIO AMBIENTE

Kerry reforça comprometimento dos EUA com Fundo Amazônia

O enviado especial do governo dos Estados Unidos para o clima, John Kerry, reforçou ontem a disposição do governo americano em contribuir para o Fundo Amazônia, mas evitou falar em valores e ressaltou que há dificuldades na tramitação das propostas no Congresso de seu país.

Por isso o norte-americano abriu a possibilidade de novas frentes para levantar recursos, como através do mercado de carbono, de financiamentos por meio de bancos multilaterais de investimento e também de filantropia.

Kerry afirmou que, no total, há US$ 13,5 bilhões previstos em propostas tramitando no Congresso americano, sendo que parte desses recursos poderiam ser usados para o Fundo Amazônia, caso as medidas fossem aprovadas.

O enviado norte-americano participou de uma reunião com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Os dois emitiram um comunicado conjunto após o encontro e responderam algumas perguntas de jornalistas. Kerry foi questionado especificamente sobre eventual aporte americano ao fundo.

"Nós temos uma proposta legislativa no Senado que tem US$ 4,5 bilhões como meta e temos outra na Câmara que tem US$ 9 bilhões como meta, ela é bipartidária em ambas as Casas, mas sabemos que haverá uma luta pelo caminho, então também estamos trabalhando com o banco multilateral de desenvolvimento, também estamos trabalhando com o mercado de carbono", afirmou o norte-americano.

Essas propostas versam sobre o envolvimento dos Estados Unidos em medidas em benefício de questões ambientais, sem serem específicas para a Amazônia.

A ministra Marina Silva ressaltou que um aporte no Fundo Amazônia seria uma novidade para o governo dos Estados Unidos, que costuma realizar suas ações de cooperação no âmbito de sua agência governamental, a Usaid. Acrescentou que Kerry está comprometido a viabilizar os recursos, mas depende do Congresso para isso..

STJD do vôlei não vê crime deWallace e arquiva denúncia

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) do voleibol decidiu arquivar a notícia de infração apresentada em desfavor de Wallace Souza, informou a equipe do atleta, o Cruzeiro, em nota.

"Em seu parecer, a Procuradoria do STJD lamenta muito a atitude do atleta, mas afirma não ter encontrado requisitos para um eventual processo desportivo disciplinar, e que a única ligação com o esporte é o fato de Wallace ser um atleta. O Sada Cruzeiro reitera que repudia e não compactua com nenhum ato que possa significar incitação à violência, e destaca a grande responsabilidade que carregam as figuras públicas e exemplos do esporte", diz a mensagem divulgada pela equipe mineira.

Após a decisão a CBV informou, através do seu departamento de comunicação, que "o STJD é um órgão autônomo e independente em relação a seus procedimentos e decisões, cabendo à CBV acatar a decisão da Procuradoria do Tribunal, que entendeu pelo arquivamento das denúncias encaminhas pela entidade e a AGU".

"A CBV reitera que repudia qualquer tipo de violência ou incitação a atos violentos, incompatíveis com os valores de respeito e igualdade que norteiam o esporte", afirmou a entidade máxima do vôlei brasileiro.

SUSPENSÃO DO COB

O jogador de vôlei, campeão olímpico pela seleção brasileira, foi suspenso, no início do mês, de forma cautelar, pelo Conselho de Ética do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) após postar em sua conta no Instagram uma foto sua com uma arma calibre 12 na mão e abrir uma enquete perguntando: "Daria um tiro na cara do (presidente da república) Lula com essa 12?".

No parecer oficial o conselheiro-relator Ney Belo acolheu a representação da Advocacia-Geral da União (AGU) contra a conduta de Wallace, por promover, de forma pública, incitação ao crime.

MAPEAMENTO

Governo apresenta ações para retomada Turismo no Litoral Norte

O Governo de SP se reuniu ontem com representantes dos municípios do Litoral Norte para apresentar ações para a retomada do turismo nos locais afetados pelas recentes chuvas.

O secretário de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena, apresentou um mapeamento dos impactos causados e um plano de ação emergencial, além de abordar questões como crédito turístico para empreendedores e prefeituras locais, a recuperação de equipamentos e obras de infraestrutura, além da promoção do destino.

Também foi disponibilizada, em parceria com a Desenvolve SP, uma linha de crédito de mais de R$ 500 milhões para os setores público e privado investirem na recuperação de infraestrutura e empreendimentos da região. Para micro e pequenos empresários do setor turístico, serão R$ 100 milhões em crédito. Uma plataforma online da Secretaria já está oferecendo apoio gratuito para a elaboração de projetos e planos de negócios, orientação ao crédito e consultorias individuais, em parceria com o Sebrae-SP.

A Secretaria de Turismo e Viagens de SP também se comprometeu a promover os destinos afetados assim que a Defesa Civil, autoridades de meio ambiente e infraestrutura sinalizarem que não há riscos para visitantes e moradores, assim como comércios e serviços locais. A Secretaria apresentou uma campanha de fomento ao turismo para aquecer a economia local fora de temporada.

Estiveram presentes autoridades das cinco prefeituras, presidentes de conselhos de turismo regionais, representantes de associações do comércio local, de entidade de defesa do consumidor, entidades de apoio à micro e pequenas empresas, de banco público de desenvolvimento e, virtualmente, o secretário-Chefe da Casa Militar e Coordenador da Defesa Civil do Estado, coronel Henguel Pereira. O prefeito de Caraguatatuba, Aguilar Júnior, destacou a união dos prefeitos da região e do governo estadual como caminho para superar o momento delicado. A prefeita de Ubatuba, Flávia Paschoal, mencionou ações como o apoio às vítimas e os esforços da Defesa Civil, em parceria com o Governo do Estado.

O prefeito de Ilhabela, Tonino Colucci, abordou a solidariedade das cidades não afetadas, como a própria Ilhabela, que cedeu leitos em seus hospitais e arrecadou mantimentos para a população desalojada.

A secretária de Turismo de São Sebastião, Adriana Augusto Balbo, reforçou a ajuda e solidariedade do governador Tarcísio e do secretário Lucena.

O presidente do Consórcio Litoral Norte e prefeito de Bertioga, Caio Matheus, citou a importância de um plano de retomada que leve em conta também as cidades que menos afetadas, como Ilhabela e Bertioga; e o coronel Henguel enfatizou que algumas localidades, como São Sebastião, ainda se encontram em situação delicada, o que requer cuidado na retomada da atividade turística.

SÃO SEBASTIÃO

Após anunciar que não necessitava mais de doações de alimentos, produtos de higiene e roupas para as vítimas dos alagamentos e deslizamentos, a prefeitura de São Sebastião (SP) mudou de posicionamento. Agora, o município pede cestas básicas.

O anúncio foi feito no último domingo pelo prefeito Felipe Augusto (PSDB). Em vídeo gravado no ginásio em que estão sendo organizadas as doações e divulgado em sua página no Facebook, Augusto explica que a cidade recebeu cerca de 300 toneladas de produtos e não necessita de novos itens.

"Neste momento, a gente pede para que as próximas doações sejam encaminhadas para outros municípios que ainda precisam da ajuda e da solidariedade do povo brasileiro", afirma. "Nós precisamos agora é fazer chegar tudo isso às comunidades mais carentes", acrescenta o prefeito, solicitando a ajuda de voluntários para auxiliar na distribuição dos itens aos que mais precisam.

Ontem, porém, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que a situação é outra e que Augusto deve fazer um novo anúncio, pedindo a manutenção das doações de cestas básicas. De acordo com a prefeitura, todos os dias, o comitê de crise se reúne às 7h e às 18h para avaliar as ações e necessidades do município e, no encontro desta manhã, os alimentos voltaram a surgir como uma necessidade.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 29ª (Vigésima Nona) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª (Vigésima Nona) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a se reunirem conjuntamente com: (i) a Emissora; (ii) a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de Agente Fiduciária da Emissão ("Agente Fiduciário"); em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 24 de janeiro de 2023, ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **20 de março de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Alterar o "Anexo Condições Precedentes (Liberação)" constante no Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Arcos Power Engenharia SPE Ltda. e a Securitizadora e no Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre ITA POWER ENGENHARIA SPE LTDA. e a Securitizadora, em conjunto denominados "Instrumentos de Cessão de Créditos Imobiliários", a fim de excluir que as seguintes obrigações sejam condições para Liberação: (a) Integralização da totalidade dos CRI; (b) Constatação, com base em Relatório de Medição, de que o cronograma físico-financeiro não foi descumprido; (c) Registro do(s) Contrato(s) de Cessão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Itajubá-MG; (d) Registro do(s) Contrato(s) de CF no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Itajubá-MG; (e) Certidões de distribuição de ações cíveis de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (f) Certidão de distribuição de ações de insolvência, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (g) Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias): Certidão dos Distribuidores Cíveis, Criminais e de Executivos Fiscais da Justiça Federal, nas Seções Judiciárias da Comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (h) Justiça do Trabalho (1ª e 2ª Instâncias): Certidão dos Distribuidores da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho na jurisdição de São Sebastião do Oeste/MG, referentes à Sebastião de Carvalho Teixeira; (i) Certidões de distribuição de ações cíveis de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (j) Certidão de distribuição de ações de insolvência, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (k) Certidões de distribuição de ações criminais de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (l) Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias): Certidão dos Distribuidores Cíveis, Criminais e de Executivos Fiscais da Justiça Federal, nas Seções Judiciárias da Comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (m) Certidão dos Distribuidores da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (primeira e segunda instâncias) para comarca de São Sebastião do Oeste/MG, referentes à Maria da Piedade Teixeira. **(ii)** A autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item (i) acima, bem como aditamento aos Instrumentos de Cessão de Créditos Imobiliários e demais Documentos da Operação necessários. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SUSTEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: **a.** quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; **b.** quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; **c.** quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e **d.** quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

VERÃO: Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 33º 22º 85% 05:47 18:22

SUSPEIÇÃO

CNJ afasta Marcelo Bretas, juiz da Lava Jato do Rio de Janeiro

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu ontem afastar do cargo o juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, por supostas irregularidades na condução dos processos. Em sessão sigilosa, o colegiado decidiu por unanimidade instaurar um PAD (processo administrativo disciplinar) contra o magistrado. Por 12 votos a 3, os conselheiros determinaram o afastamento até a conclusão das investigações.

Não foram analisados os casos que Bretas julgou, apenas a conduta dele como juiz criminal. Os conselheiros analisaram em conjunto três reclamações feitas contra Bretas. Duas têm como origem delações premiadas de advogados que relataram supostas negociações irregulares do magistrado na condução dos processos.

A terceira se refere a uma queixa do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), de suposta atuação política na eleição de 2018 em favor do ex-juiz Wilson Witzel, vitorioso daquela disputa e afastado dois anos depois do governo do estado.

O corregedor Luís Felipe Salomão, relator dos processos, votou pelo afastamento do magistrado até a conclusão do PAD (processo administrativo disciplinar) a ser instaurado. Ele foi acompanhado por outros onze conselheiros. O conselheiro João Paulo Schoucair votou pela abertura do procedimento, mas sem o afastamento do magistrado. Ele foi acompanhado por outros dois conselheiros.

A decisão afasta Bretas da condução da 7ª Vara Federal Criminal, onde ainda estão alguns dos processos da Lava Jato fluminense. Eles serão conduzidos pela juíza-substituta da vara, Caroline Vieira até a conclusão do PAD, quando o CNJ analisará o destino do magistrado.

Bretas se tornou responsável pela Lava Jato fluminense na primeira instância em 2015, atuando em processos envolvendo corrupção na Eletrobras. Ele também assumiu os processos sobre o esquema de corrupção do ex-governador Sérgio Cabral, a quem mandou prender e condenou a mais de 400 anos de prisão em mais de 30 ações penais.

Os desdobramentos da investigação sobre Cabral levaram à prisão de uma série de empresários, como Eike Batista, e uma rede de mais de 50 doleiros.

Dentro de investigação sobre a estatal Eletronuclear, o magistrado também expediu em 2019 ordem determinando a prisão do ex-presidente Michel Temer (MDB), o que foi revertido posteriormente no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O magistrado vem desde 2021 tendo sua atuação questionada em tribunais superiores. Diversos processos foram retirados de suas mãos por decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) com o entendimento de que a conexão entre eles não é suficiente para mantê-los obrigatoriamente sob responsabilidade do magistrado.

A superexposição ao lado de políticos também marcou a trajetória do magistrado. Imagens de Bretas junto ao então governador Witzel em jatinho, festas e no Maracanã se tornaram comuns. Ele chegou a ser punido pelo TRF-2 (Tribunal Regional Federal) por participar de uma inauguração de obra pública ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro e do então prefeito Marcelo Crivella (Republicanos).

Delações premiadas firmadas com a PGR (Procuradoria-Geral da República) também apontaram supostas irregularidades de Bretas na condução dos processos. Uma das reclamações analisadas pelo CNJ se refere a uma representação feita pelo Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com base em reportagem publicada pela Veja sobre a delação premiada do advogado Nythalmar Dias Ferreira Filho.

O advogado procurou a PGR após ser alvo de busca e apreensão numa investigação do Ministério Público Federal sob suspeita de tráfico de influência e venda de prestígio na captação de clientes. Ele relatou supostos acordos feitos com o juiz antes do proferimento de sentenças com o envolvimento de procuradores. Um dos casos se refere à suposta negociação com Bretas e um procurador da força-tarefa fluminense sobre como a confissão do empresário Fernando Cavendish num interrogatório afetaria o acordo de delação ainda em debate.

Uma segunda representação analisada pelo CNJ se refere a uma correição feita pela Corregedoria do órgão na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, comandada por Bretas.

A fiscalização foi motivada pela delação premiada do advogado José Antônio Fichtner, que afirma ter recebido ofertas de vantagens e pressão por parte de Nythalmar quando era alvo de investigação sob responsabilidade do magistrado.

A representação apresentada por Eduardo Paes questiona o fato de o magistrado ter marcado de forma seguida, durante a campanha eleitoral de 2018, interrogatórios de seu ex-secretário de Obras Alexandre Pinto, à época réu confesso da acusação de recebimento de propina na gestão Paes.

AUDIÊNCIA

A quarta e última audiência foi realizada três dias antes do primeiro turno. Após três interrogatórios sem envolver Paes nos atos de corrupção, Pinto afirmou pela primeira vez que soube de acerto de propina por parte do prefeito, que nega a acusação.

"O prejuízo que daí resultou à campanha eleitoral do ora requerente é intuitivo, culminando mais tarde na eleição do sr. Wilson Witzel", afirma a representação de Paes. Após a eleição, Bretas exibiu sua relação próxima com Witzel o acompanhando de jatinho à posse de Jair Bolsonaro e frequentando o camarote do governo estadual no Maracanã.

Naquele ano, Paes também havia sido ouvido como testemunha no processo sobre o suposto pagamento de propina a membros do COI (Comitê Olímpico Internacional) para a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016.

Durante o ato, Bretas fez questionamentos sem relação com a ação penal, questionando o prefeito sobre suposto pagamento de propina ou caixa dois eleitoral a ele em obras do município para os Jogos.

"Estas evidências concretas adicionais tornam ainda mais consistente a demonstração de que o juiz lançou mão dos seus poderes jurisdicionais para perseguir e prejudicar Eduardo Paes e favorecer Wilson Witzel, agindo com parcialidade e em acintoso desprezo pela dignidade, honra e decoro das suas funções."

A punição a Bretas se soma à já aplicada ao ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato fluminense, o procurador Eduardo El Hage, pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). O Conselho decidiu em dezembro suspender o procurador por 30 dias por supostamente ter divulgado dados sigilosos sobre uma investigação contra o ex-senador Romero Jucá, que era alvo de denúncia. Nesta terça, o CNMP iniciou o julgamento de um recurso de El Hage, interrompido por um pedido de vista.

A divulgação questionada pelo CNMP se deu por meio de uma nota oficial publicada no site do MPF e seguiu padrões adotados pela própria PGR. O resultado do julgamento colidiu com o relatório da Comissão Processante, que opinou pela improcedência da acusação.

GUERRA

Dinamarca cancela feriado para turbinar gastos militares

A Dinamarca aboliu ontem o "Store Bededag", feriado da igreja luterana que existia no país desde 1686. Ou melhor, o Grande Dia de Oração segue em vigor para quem quiser rezar, mas as pessoas precisarão fazer isso após o trabalho, pois a partir de 2024 ele será um dia útil como qualquer outro.

A proposta do governo havia sido apresentada pela primeira vez no final do ano passado e, no início de fevereiro, passou por sua primeira discussão no Parlamento. Ontem, após quatro horas de debate, a votação de 95 a 68 determinou o fim do feriado.

Ao colocar indústria, comércio e serviços para trabalhar no Grande Dia de Oração, o governo calculou que vai arrecadar cerca de EUR 400 milhões (R$ 2,2 bilhões) com uma folga a menos. A maior parte vem dos impostos, e a verba excedente já tem destino carimbado.

"Nós, na Dinamarca, precisamos gastar mais dinheiro em Defesa e em nossa segurança. Esta é a decisão que tomamos, e estou feliz com isso", disse a primeira-ministra, Mette Frederiksen, após a votação.

O fim do feriado religioso dinamarquês é mais uma das consequências da Guerra da Ucrânia. "Com o ataque de Putin à Ucrânia, há guerra na Europa. A ameaça se aproximou", dizia um comunicado do governo de Frederiksen, defendendo a proposta no final do ano passado. "Os dinamarqueses devem contribuir para nossa segurança comum."

A intenção é que, em 2030, a Dinamarca esteja destinando 2% de seu PIB para a Defesa. Trata-se de um antigo acordo entre os países-membros da Otan, a aliança militar ocidental, que concordaram com essa porcentagem na Conferência de Riga, em 2006.

A meta, entretanto, nunca foi atingida pela maioria dos países. No caso dinamarquês, os gastos militares foram de 1% no ano passado. Mas, após a invasão da Ucrânia, o país estava correndo para chegar aos 2% em 2033. Com a abolição do feriado, esse número poderá ser atingido em 2030, acredita o governo.

A proposta foi altamente impopular. Neste mês, dezenas de milhares de pessoas protestaram no centro de Copenhague. Os bispos da Igreja Evangélica-Luterana Nacional não só criticaram a ideia, mas também o fato de não terem sido consultados. Já os sindicatos do país apresentaram um abaixo-assinado com os nomes de ao menos 465 mil trabalhadores contrários à medida.

O Dia da Grande Oração é uma data móvel, que cai sempre numa sexta-feira (a quarta após a Páscoa). A data é comumente usada para marcar casamentos no país. O deste ano acontecerá em 5 de maio e será a última vez que os dinamarqueses curtirão esse feriado prolongado.

REFORMA

Presidente da Colômbia demite ministros e agrava crise na Saúde

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, demitiu na segunda-feira passada três ministros de seu gabinete, reforçando os contornos da crise ao redor da série de reformas nas áreas do trabalho, da Previdência e da Saúde que o primeiro líder de esquerda da história do país tenta fazer avançar no Congresso.

Saíram do governo o ex-reitor da Universidade dos Andes Alejandro Gaviria (Educação), a campeã olímpica María Isabel Urrutia (Esportes) e a dramaturga Patricia Ariza (Cultura). Para os dois primeiros cargos foram nomeadas, respectivamente, Aurora Vergara e Astrid Rodríguez —ainda não foi anunciado o substituto para a Cultura.

Um documento obtido pela imprensa colombiana mostrou, em publicação do último domingo (26) feita pelo portal Cambio, que as mudanças propostas pela ministra da Saúde, Carolina Corcho, foram criticadas pelos ministros da Fazenda, da Agricultura e da Educação — este último agora demitido.

O texto propõe uma transformação profunda das EPS, ou Entidades Promotoras de Saúde — responsáveis por organizar o Sistema Geral de Saúde do país e cobrar as contribuições que os cidadãos devem fazer para usar o serviço. As mudanças, de acordo com o governo, pretendem corrigir discrepâncias territoriais no acesso à saúde e aumentar o papel do órgão que administra publicamente os recursos.

O agora ex-ministro Gaviria, que chefiou a pasta da Saúde e Proteção Social entre 2012 e 2018, discorda dessa visão e sustenta que as EPS devem ser mantidas onde funcionam bem.

"O sistema atual é produto de 30 anos de inovação e trabalho coletivo. Destruí-lo seria um suicídio", já havia afirmado Gaviria em outro documento vazado à imprensa, no início de fevereiro. Os apontamentos teriam sido feitos em uma reunião de ministros, segundo a mídia local. "A reforma proposta apresenta uma estratégia estranha: destruir o que funciona nas cidades para supostamente corrigir o que não funciona nas zonas rurais." Além disso, defende o ex-ministro, a experiência da Colômbia com pagadores únicos públicos "é desastrosa".

No anúncio, Petro disse que a diversidade de opiniões é um valor do qual compartilha e que as reformas precisam de debate na sociedade, mas também defendeu consenso e determinação no governo para que elas sejam aprovadas. "Este governo da mudança não vai desistir de reformar para melhorar a saúde, a Previdência e as condições de trabalho para todos os colombianos e colombianas", afirmou. "Estamos em um momento decisivo para nossas reformas e precisamos de mais coesão e determinação."

O presidente afirmou ainda que a saúde é um direito, "não um negócio". "A atividade privada, que é bem-vinda, não pode impedir ou limitar esse direito", completou.

O ministro da Fazenda, José Ocampo, e a ministra da Agricultura, Cecilia López, que também assinaram o texto vazado no último domingo, estavam ao lado de Petro durante seu discurso. O presidente afirmou que levou em consideração as observações da carta e fez ajustes ao texto antes de apresentá-lo ao Congresso. O agora demitido Gaviria descreveu a publicação veiculada pelo portal como um "vazamento mal-intencionado".

No Twitter, o ex-titular da Educação agradeceu a Petro pelo convite para fazer parte do governo. "Minhas opiniões sempre tiveram propósito construtivo dentro de uma gestão pluralista", escreveu. Em publicação no Instagram vista com algum grau de ironia, porém, Gaviria disse ter saído "por questões de saúde".

Já Ariza, da Cultura, criticou a demissão em entrevistas à imprensa colombiana e disse não saber a justificativa para a exoneração. "Sei que o presidente está exercendo um direito, porque todos os ministros somos de livre nomeação e remoção, mas eu teria preferido que ele tivesse me dito olhando nos olhos".

HONG KONG

Briga por imóvel pode ter motivado morte de modelo

Uma disputa de família envolvendo um apartamento no valor aproximado de R$ 47 milhões pode ter motivado a morte da modelo Aby Choi, que foi esquartejada em Hong Kong na semana passada. As informações são do site de notícias locais The Standard.

Presos, o ex-marido e ex-sogros da modelo compareceram ao tribunal na segunda-feira. Eles são acusados de assassinato depois que a polícia encontrou partes do corpo em uma geladeira. O apartamento fica numa área nobre, chamada Kadoorie Hill, em Ho Man Tin e estava em nome do ex-sogro. A polícia apurou que a modelo sustentava há anos a família de Alex Kwong, seu ex-marido, mas havia demonstrado sinais de que queria vender a propriedade. Kwong foi preso no sábado passado, no píer de Tung Chung, enquanto tentava fugir com uma quantia equivalente a R$ 330 mil e relógios avaliados em R$ 2,6 milhões. Na última sexta-feira, a polícia havia encontrado as pernas de Choi na geladeira de uma residência em Tai Po.

Na segunda-feira, autoridades encontraram a cabeça e algumas costelas da modelo, dois dias depois que sua morte foi descoberta em uma casa da vila de Tai Po.

Os restos mortais haviam sido cozidos em panelas, com vegetais. O ex-cunhado de Choi, Anthony Kwong Kong-kit, 31, e o ex-sogro Kwong Kau, 65, foram acusados conjuntamente de assassinato. A ex-sogra de Choi, Li Suiheung, 63, foi acusada de obstrução da

justiça, por esconder provas. Eles foram presos sem direito à fiança. Um quinto suspeito relacionado ao ex-sogro da vítima também foi preso no domingo por colaboração com o crime.

Segundo a polícia, após se separar de Alex Kwong, Choi havia começado outro relacionamento e morava com o novo marido, mas não havia registrado oficialmente a união.

LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM, CNPJ n.º 01.438.784/0023-02, torna público que Recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Niterói, através do processo n° 250/000684/2014 a Licença Ambiental Municipal de Operação, para a atividade de Comércio varejista de materiais de construção em geral, localizada na Rua Carlos Gomes, n.º 65, Barreto, Niterói – RJ.

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 NIRE 3330030247-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2023. Convocamos os Senhores Acionistas da **GF PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em segunda convocação, que se realizará no dia 06 de março de 2023, às 11h, nos termos do artigo 124, §2 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Avaliação e aprovação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), da emissão privada da Companhia ("Debêntures"), no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Emissão"); e 2. Avaliação e autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de Emissão e contratos relacionados, à negociação dos termos da escritura de emissão e contratos relacionados, à contratação de instituição financeira para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor e a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023. Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração - GF Participações S.A.

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 NIRE 3330030247-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2023. Convocamos os Senhores Acionistas da **GF PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em segunda convocação, que se realizará no dia 06 de março de 2023, às 10:00h, nos termos do artigo 124, §2 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) O aditamento do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, em Série Única, para Colocação Privada, da GF Participações S.A" ("Escritura da 1ª Emissão"), firmado em 10 de julho de 2020 ("1ª Emissão"), para o fim de: (a) alterar o percentual da Remuneração Mínima (como ali definido) para 17% (dezessete por cento) ao ano; e (b) alterar os Índices Financeiros (como ali definido) estabelecidos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura da 1ª Emissão; (ii) caso aprovado o item (i) acima, o aditamento das condições do bônus de subscrição emitido pela Companhia em 10 de julho de 2020, para o fim de excluir o conceito de Valor de Referência do EV ali constante; (iii) caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, a aprovação do aditamento dos instrumentos contratuais de garantias à 1ª Emissão; (iv) caso aprovadas as matérias acima, autorização aos Diretores da Companhia para adotar todas e quaisquer providencias e celebrar todos os documentos. relacionados às deliberações acima. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023. Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração - GF Participações S.A.

vila do conde transmissora

VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.072.909/0001-02

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 15 de outubro de 2004 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 67.972 mil (R$ 61.389 para o ciclo 2021-2022). Um aumento de 10,72% decorrente do reajuste do IGP-M. **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2022 e 2021 foi de 100%. **(c) Pagamento de dividendos -** A Companhia pagou o valor total de R$ 59.010 mil referente aos dividendos apurados sobre os exercícios anteriores. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	75	4.834
Títulos e valores mobiliários	9	35.208	51.267
Concessionárias e permissionárias	10	6.323	5.514
Ativo de contrato	11	29.053	27.749
Impostos e contribuições a recuperar		1.319	1.324
Outros ativos	12	12.412	10.302
Total do ativo circulante		**84.390**	**100.990**
Ativo de contrato	11	198.362	197.519
Total do realizável a longo prazo		**198.362**	**197.519**
Imobilizado e Intangível		4.000	4.001
Total do imobilizado + intangível		**4.000**	**4.001**
Total do ativo não circulante		**202.362**	**201.520**
Total do ativo		**286.752**	**302.510**
Fornecedores		693	638
Salários e encargos a pagar		635	827
Impostos e contribuições a recolher	14	8.267	14.205
Pis e Cofins diferidos	15	988	2.390
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	24.394	22.553
Encargos setoriais		1.324	1.109
Outros passivos		1.332	1.321
Total do passivo circulante		**37.633**	**43.043**
Pis e Cofins diferidos	15	4.610	3.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	29.749	29.515
Total do passivo não circulante		**34.359**	**32.643**
Total dos passivos		**71.992**	**75.686**
Capital social	18 (a)	74.300	74.300
Reserva de lucros	18 (b)	140.460	152.524
Total do patrimônio líquido		**214.760**	**226.824**
Total do passivo e patrimônio líquido		**286.752**	**302.510**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	**62.324**	**38.222**
Pessoal		(3.265)	(3.953)
Material		(318)	(292)
Serviços de terceiros	20 (a)	(7.097)	(3.864)
Outros		(146)	(629)
Custos operacionais		**(10.826)**	**(8.738)**
Lucro bruto		**51.498**	**29.484**
Pessoal		(297)	(236)
Serviços de terceiros	20 (b)	(2.665)	(2.534)
Outros		(364)	(820)
Despesas operacionais		**(3.326)**	**(3.590)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**48.172**	**25.894**
Receitas financeiras		5.778	1.904
Despesas financeiras		(788)	(894)
Resultado financeiro	21	**4.990**	**1.010**
Resultado antes dos impostos		**53.162**	**26.904**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.141)	(8.306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(234)	1.416
Imposto de renda e contribuição social	22	**(4.375)**	**(6.890)**
Lucro líquido do exercício		**48.787**	**20.014**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.787	20.014
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**48.787**	**20.014**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		48.787	20.014
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		234	(1.416)
- Pis e Cofins diferidos		78	(2.528)
- Juros sobre mútuo	13	-	498
- Ativo de contrato - remuneração	11	(29.892)	(31.423)
		19.207	**(14.855)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		16.058	(10.667)
- Concessionárias e permissionárias		(808)	2.192
- Ativo de contrato	11	27.745	58.579
- Impostos e contribuições a recuperar		5	(208)
- Outros ativos		(2.110)	(536)
- Fornecedores		56	(739)
- Salários e encargos a pagar		(192)	(74)
- Impostos e contribuições a recolher		1.707	8.139
- Encargos setoriais		215	(1.004)
- Outros passivos		11	11
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**61.894**	**40.838**
Impostos pagos sobre receita tributável/o lucro		(7.644)	(4.272)
Mútuo - pagamento de juros	13	-	(586)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**54.250**	**35.980**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado e intangível		1	10
Caixa proveniente das atividades de investimento		**1**	**10**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuo - pagamento de principal	13	-	(6.651)
Pagamento de dividendos	23	(59.010)	(26.549)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**(59.010)**	**(33.200)**
Redução/ Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(4.759)**	**2.790**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.834	2.044
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**75**	**4.834**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

			Reservas de lucros						
	Nota	Capital Social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendos adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**74.300**	**14.860**	**18.523**	**53.822**	**82.869**	**-**	**-**	**244.374**
Transferencia para dividendos a pagar	18(b)	-	-	-	(12.546)	-	-	-	(12.546)
Pagamento de dividendos	18(c)	-	-	-	(14.003)	-	-	-	(14.003)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.014	20.014
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	18(c)	-	-	-	-	-	-	(11.015)	(11.015)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	8.999	(8.999)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**74.300**	**14.860**	**18.523**	**27.273**	**82.869**	**8.999**	**-**	**226.824**
Transferencia	18 (b)	-	-	(186)	186	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	18(b)	-	-	-	(27.458)	-	(8.999)	-	(36.457)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	48.787	48.787
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (d)	-	-	-	-	-	-	(24.394)	(24.394)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	24.394	(24.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**74.300**	**14.860**	**18.337**	**0**	**82.869**	**24.394**	**-**	**214.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 15 de outubro de 2004 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em dezembro de 2018 ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que até novembro de 2018 era a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") passou a ser a Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. ("CRTE"). A Celeo transferiu o controle acionário da VCTE para a CRTE. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 003/2005 ("Contrato"), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Tucuruí – Vila do Conde, com extensão aproximada de 324 km, com origem na subestação 500 kV Tucuruí e término na subestação 500 kV Vila do Conde. O Contrato foi assinado no dia 4 de março de 2005 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 4 de março de 2035. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2006. A partir de maio de 2021 (16° ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano, que se estenderá até o término do prazo da concessão. **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R$ 67.972 (R$ 61.389 para o ciclo 2021-2022). Um aumento de 10,72% decorrente do reajuste do IGP-M. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 16 de fevereiro de 2022. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IGP-M. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente no: (i) lucro real, é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores; e no (ii) lucro presumido, é o imposto a pagar sobre a base de cálculo presumida, conforme a receita da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perdas esperadas de créditos -** A Provisão para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros esti-

Continua

Continuação...

VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.072.909/0001-02

mados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
Caixa e bancos		75	107
CDB	(a)	-	4.094
Operações compromissadas	(a)	-	633
		75	4.834

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

9 Títulos e valores mobiliários		2022	2021
CDB	(a)	35.208	47.961
Fundo de investimento	(b)	-	3.306
		35.208	51.267

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,71% do DI com vencimentos entre Junho e Novembro de 2023. (b) Até junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 parte dos recursos foram aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 5%. Em junho de 2022 a Companhia resgatou 100% do saldo aplicado no fundo para pagamento de obrigações de curto prazo.

10 Concessionárias e permissionárias	2022	2021
A vencer	5.425	5.095
Até 3 meses	-	12
De 3 a 12 meses	45	41
Acima de 12 meses	853	366
	6.323	5.514

11 Ativo de contrato	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	225.268	252.424
Remuneração do ativo de contrato	29.892	31.423
Recebimentos	(27.745)	(58.579)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	227.415	225.268

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	29.053	27.749
Não circulante	198.362	197.519
	227.415	225.268

12 Outros ativos	2022	2021
Parcela do ciclo anterior	11.285	9.966
Outros	1.127	336
	12.412	10.302

13 Mútuo	
Em 31 de dezembro de 2020	6.739
Juros e correção monetária	498
Amortização de principal	(6.651)
Amortização de juros	(586)
Em 31 de dezembro de 2021	-

A Companhia captou recursos por meio de contrato de mútuo firmado com a CRTE. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2018 com a finalidade de otimizar sua estrutura de capital. O valor total do mútuo foi de R$ 29.500. O contrato possuía a previsão de encerramento para 31 de dezembro de 2022, contudo houve a liquidação em novembro de 2021.

14 Impostos e contribuições a recolher	2022	2021
Imposto de renda	5.203	9.281
Contribuição social	1.964	2.838
COFINS	758	605
Outros	342	1.481
	8.267	14.205

15 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	999	984
COFINS	4.599	4.534
	5.598	5.518

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	988	2.390
Não circulante	4.610	3.128
	5.598	5.518

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2022	2021
Imposto de renda	21.874	21.702
Contribuição social	7.875	7.813
	29.749	29.515

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato. **17 Passivo contingente:** A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R$ 522 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 74.300 dividido em 74.300.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não constituiu reserva legal, pois já foram constituídos o limite determinado pela legislação. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 25 de abril de 2022 por meio da Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi aprovada a destinação de R$ 8.999 para pagamento de dividendos adicionais propostos. Em 28 de dezembro de 2022 por meio da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) foi aprovada a destinação de R$ 27.458 para pagamento de dividendos. **iii. Reserva de incentivos fiscais -** Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará. No dia 27 de dezembro de 2011 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constituitivo nº 084/2007, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2011 até 2020. Durante o período de vigência, a Companhia foi obrigada a atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; e (iv) aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM. O não atendimento dessas obrigações poderia resultar na perda do referido incentivo fiscal. **iv. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.787	20.014
Base de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	48.787	20.014
Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	6.720
Dividendos mínimos obrigatórios	24.394	4.295
	24.394	11.015

(d) Dividendos adicionais propostos - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 24.394 e R$ 8.999, respectivamente.

19 Receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo	54.404	32.851
Receita de operação e manuntenção	12.738	12.166
Receita bruta	67.142	45.017
PIS e COFINS correntes	(2.320)	(6.609)
Pis e COFINS diferidos	(78)	2.529
Encargos setoriais	(2.418)	(2.715)
Deduções da receita	(4.816)	(6.795)
	62.324	38.222

20 Serviços de terceiros: (a) Custos operacionais

		2022	2021
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(2.256)	(2.256)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão		(3.615)	(142)
Manutenção de faixa		(507)	(480)
Contrato de compartilhamento de instalação		(337)	(274)
Diversos		(382)	(712)
		(7.097)	(3.864)

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

(b) Despesas operacionais		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(2.309)	(2.309)
Consultorias		(256)	(140)
Diversos		(100)	(84)
		(2.665)	(2.534)

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

21 Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	5.654	1.831
Outras receitas	124	73
Receitas financeiras	5.778	1.904
Juros do mútuo	-	(498)
Outras despesas	(788)	(396)
Despesas financeiras	(788)	(894)
	4.990	1.010

22 Imposto de renda e contribuição social: (a) Lucro Real - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia era optante pelo lucro real, conforme apuração demonstrada abaixo:

	2021
Resultado antes dos impostos	26.904
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(9.148)
Juros sobre capital próprio	2.285
Outros	(27)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(6.890)
Alíquota efetiva	26%

(b) Lucro Presumido - No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia alterou o seu regime de tributação para o lucro presumido, conforme apuração demonstrada abaixo.

	2022	
	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	2.559	2.559
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo da receita	819	819
Receita de O&M	57.917	57.917
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receta de O&M	4.633	6.950
Receitas financeiras	5.778	5.778
Alíquota vigente	25%	9%
Imposto corrente	(2.877)	(1.264)
Diferenças temporárias	172	62
Imposto diferido	172	62

23 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2022	2021	2022	2021
Elecnor		114	115	-	-
CRTE	(i)	-	-	-	(498)
Celeo Redes	(ii)	378	167	(4.565)	(4.565)
		492	282	(4.565)	(5.063)

i. Refere-se ao contrato de mútuo com a CRTE liquidado em novembro de 2021, conforme nota explicativa 13. ii. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. **(b) Dividendos -** No dia 10 de maio de 2022, a Companhia pagou dividendo mínimo obrigatório no valor de R$ 22.553 e nos dias 27 de maio de 2022 e 29 de dezembro de 2022 pagou dividendo adicional proposto no total de R$ 36.457, totalizando R$ 59.010 pagos no ano de 2022.

	2022	2021
Saldo inicial	22.553	11.646
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	36.457	26.441
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(59.010)	(26.549)
Constituição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios	24.394	11.015
	24.394	22.553

(c) Remuneração da administração - Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(4.313)	(3.235)	(2.157)

* Fonte: O CDI para o cenário provável (12,25%) foi considerado conforme relatório Focus de 30 de dezembro de 2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 45.561 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br